

2º Encontro das Micro e Pequenas Empresas no Paraná
30 e 31 de agosto de 2017

Carta do Paraná

Propostas para a melhoria do ambiente dos pequenos negócios no Paraná

Carta com ações para a melhoria do ambiente de negócios do Estado do Paraná, construída pela sociedade empresarial envolvida com comitês gestores municipais da lei geral e comitês territoriais.

Esta carta foi criada em decorrência do 2º Encontro das Micro e Pequenas Empresas no Paraná e contou com mais de 800 participantes de todas as regiões paranaenses, como resultado das oficinas temáticas de Acesso ao Crédito, Compras Governamentais, Inovação e Tecnologia, Associativismo, Simplificação e Desburocratização e Educação Empreendedora, definidas como propulsoras do ambiente de negócios.

Como promotores do evento o **FOPEME, FACIAP, FAMPEPAR, FECOMERCIO, FIEP E SEBRAE** intensificaram seus esforços para integrar a agenda do desenvolvimento sócio econômico do Paraná, principalmente com a contribuição da sociedade empresarial representada por participantes de comitês gestores e comitês territoriais,

A presente carta diz respeito ao desenvolvimento do Estado do Paraná, priorizando ações que melhoram o ambiente de negócios, beneficiando diretamente e prioritariamente os pequenos negócios. O evento em questão buscou, como principal objetivo, promover o encontro do Sistema Integrado Paranaense de Melhoria do Ambiente de Negócios (Fórum Estadual, Comitês Territoriais e Municipais), juntamente com entes públicos municipais e do Estado para criar uma agenda coletiva com ações municipais, territoriais e municipais.

Além disso, o encontro possibilitou o compartilhamento de informações e conhecimento, interação e absorção das experiências exitosas de políticas de apoio aos pequenos negócios. A promoção de debates dos Temas que interferem na competitividade das MPE's, como: Inovação, Crédito, Compras, Associativismo, Educação Empreendedora, Simplificação e Desburocratização. E a definição e construção de agenda propositiva para melhoria do ambiente de negócios integrando os diversos atores que interferem e influenciam a longevidade empresarial.

O Estado do Paraná tem 399 municípios e ao longo dos últimos anos conseguiu a implantação da Lei Geral em 382 municípios, representando 95% dos municípios e 99,2% da densidade empresarial paranaense.

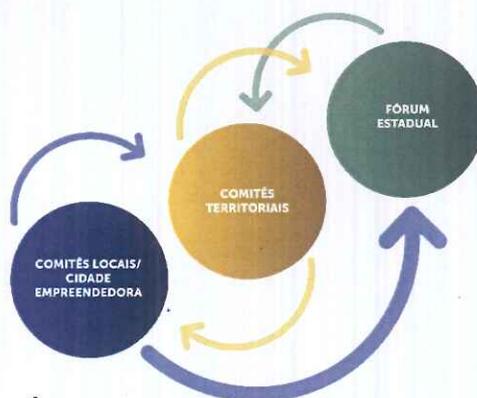
Já são mais de 206 municípios com ações para melhoria do ambiente de negócios, porém ainda precisam muito evoluir com políticas públicas adequadas ao surgimento e manutenção das empresas.

Muitos dos municípios contam com Agentes de Desenvolvimento, somando mais de 250, todos preparados para elevar a pauta dos pequenos negócios no que se refere ao tratamento diferenciado e favorecido, conforme preconiza a Lei Geral. Há uma vasta legislação que considera os pequenos negócios como principal vetor da economia brasileira e que, para cumprir sua função, necessita atenção especial nos níveis municipais, estaduais e nacional.

Nesse sentido, foram criados comitês gestores municipais e territoriais que são os verdadeiros “guardiões” da Lei Geral, buscam estruturar ações empresarias, estruturais e sistêmicas que beneficiem os empreendedores diretamente ou por meio de ações pautadas em políticas públicas que melhoram o ambiente de negócios.

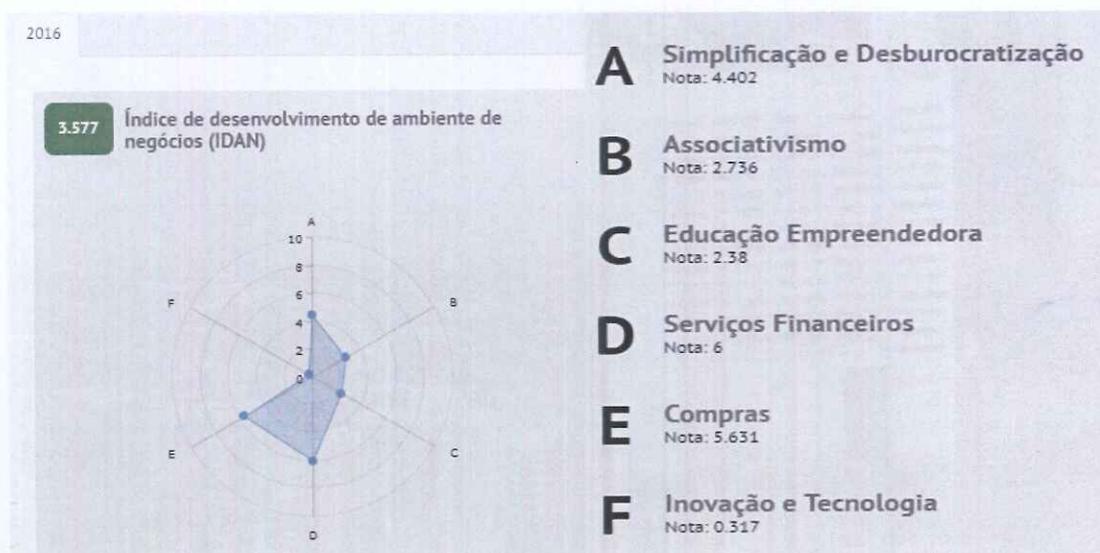
Estadualmente há o Fórum Permanente Estadual das Micro e Pequenas Empresas – FOPEME, que é o principal articulador de políticas públicas para os pequenos negócios e que fará a gestão e acompanhamento das ações propostas neste evento.

O envolvimento e comprometimento com os participantes mencionados anteriormente é que dão funcionamento ao SISTEMA INTEGRADO PARA MELHORIA DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS NO ESTADO DO PARANÁ, proporcionando integração e funcionamento nos diversos níveis de desenvolvimento, com isso, proporcionando maiores e melhores benefícios aos empreendedores paranaenses.



Os temas definidos como estratégicos para a melhoria do ambiente de negócios e utilizados nas oficinas para a identificação de ações podem ser observados no Paraná por meio de diversos indicadores que ser encontrados no site www.pr.sebrae.com.br/observatorio . Neste local é possível identificar um conjunto de resultados distribuídos em municípios, territórios, regiões e o próprio

Estado, que auxiliam no acompanhamento da evolução dos indicadores, a exemplo do que é mostrado abaixo:



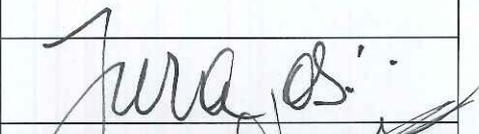
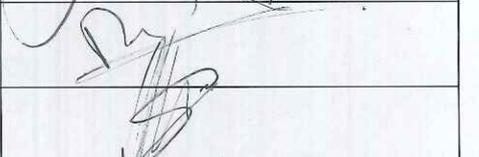
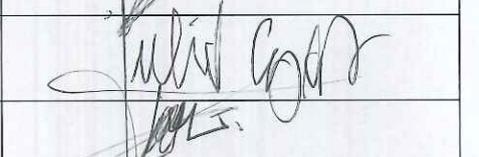
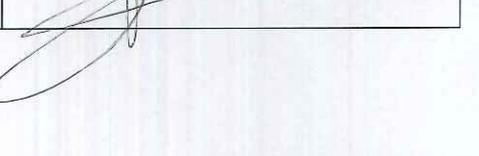
A utilização dos indicadores poderá facilitar a identificação e priorização de ações nos municípios, territórios e Estado.

Algumas ações poderão necessitar de aprovação e articulação de legislação específica, bem como a criação de políticas públicas mais abrangentes e nesse sentido, o envolvimento da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná – ALEP, é importante para dar continuidade em processos de regulamentação e adoção de legislação adequada.

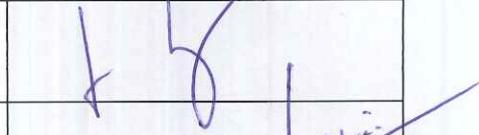
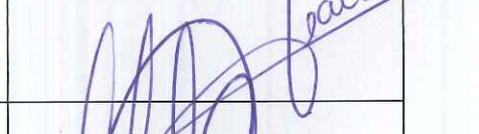
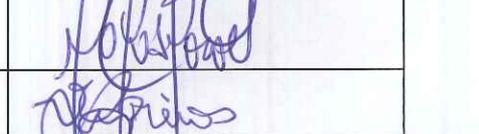
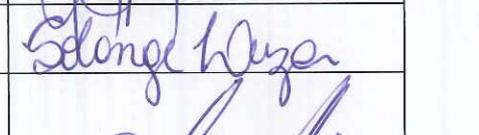
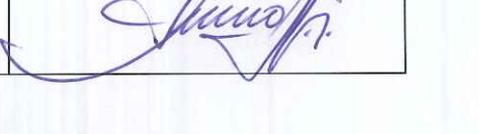
Assim, consideramos que as ações concentradas nos temas de Acesso a Mercado, Acesso a Crédito, Simplificação e Desburocratização, Associativismo Empresarial, Educação Empreendedora e Inovação e Tecnologia poderão facilitar o surgimento e manutenção de negócios no PR e gerar garantias favoráveis ao empreendedorismo. Para facilitar o acompanhamento das ações aqui propostas será disponibilizada um conjunto de informações no site www.fopeme.pr.gov.br.

ASSINATURAS

Curitiba, 31 de agosto de 2017.

Instituição	Representante	Assinatura
SEPL - FOPEME	Juraci Barbosa Sobrinho	
FACIAP	Marco Tadeu Barbosa	
FAMPEPAR	Ercílio Santinoni	
FECOMÉRCIO	Darci Piana	
FIEP	Edson Campagnolo	
SEBRAE	Julio Cesar Agostini	
ALEP	Deputado Guto Silva	

Representantes das oficinas temáticas:

Temas	Representante	Assinatura
Acesso a mercado	Leonardo Werlang – Ponta Grossa	
Acesso a crédito	Jean Flavio Zanchetti - Maringá	
Associativismo Empresarial	Marcio F. Moraes - Loanda	
Educação Empreendedora	Prof. Valdirene Negreiros - Londrina	
Simplificação e Desburocratização	Solange Luza – Mariópolis	
Inovação e tecnologia	Angelo Luiz Maurius Legat – Ponta Grossa	

AÇÕES DEFINIDAS:

ACESSO AO CRÉDITO

ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1. Promover a criação e manutenção das salas do empreendedor com agente de crédito
2. Aporte de fundo de risco local nas SGC
3. Divulgar as SGC pelos parceiros Sebrae, Instituições e Associações Comerciais
4. Aumento do limite de alavancagem das SGC e ampliar aportes por Prefeituras, Cooperativas
5. Ampliar a informação ao empreendedor sobre o uso do crédito
6. Implantar parcerias das SGC com Prefeituras e Associações Comerciais
7. Ampliar a divulgação das linhas de crédito
8. Viabilizar a criação de comitês gestores locais – crédito
9. Ampliar a parceria das SGC com Instituições Financeiras
10. Ampliar os convênios das salas do empreendedor com SGC;
11. Capacitar agentes de crédito

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

1. Incentivo às ações de cooperativismo
2. Realizar Seminários de Crédito
3. Fortalecer os comitês territoriais no acesso ao crédito para as MPEs
4. Fomentar o aporte no fundo de risco das SGC territoriais
5. Incentivar o crédito para inovação
6. Implementar políticas de incentivo ao crédito em regiões com baixo IDH

ABRANGÊNCIA ESTADUAL

1. Aportar recursos no fundo de risco estadual das Sociedades de Garantia de Crédito – 2º piso
2. Ampliar a capacitação para agentes de crédito
3. Implantação de agentes de crédito em todos os municípios do Paraná
4. Melhorar as estruturas operacionais dos agentes de crédito
5. Propor isenção de IOF nas operações de crédito das MPE para investimento
6. Desburocratizar o acesso a crédito e implantar tecnologias para facilitar o acesso
7. Agilizar o processo de liberação de crédito nas Instituições Financeiras Estaduais
8. Política Pública de Crédito para Micro e Pequena Empresa

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1. Criar um processo bem definido para participação dos pequenos produtores na venda de merenda escolar
2. Criar a casa do empreendedor
3. Definir metas para a representatividade das MPE's nas licitações do município (Ex: ser 80% destinado às MPE's)
4. Criar treinamentos para compradores e fornecedores de licitações
5. Criar uma sistemática para criação de cooperativas de pequenos agricultores, que os deem acesso as vendas para entes públicos com mais força
6. Amarrar a Lei Geral Municipal com planejamento, cronograma e metas das ações do município
7. Fazer uma rodada de negócios entre entes públicos e pequenos empresários
8. Incentivar a criação de escritórios de compras públicas via associações comerciais
9. Criar o Comitê gestor de compras municipal
10. Cadastramento dos fornecedores do Território (banco de dados)
11. Criação de gestores municipais para produtos solicitados, bem como dos produtos licitados
12. Ampliação da divulgação dos editais para as MPES
13. Incentivo de prazo de pagto
14. Capacitar as MPES locais
15. Haver mais diálogo entre os setores da licitação: quem compra x quem solicita
16. Associativismo para as MPES para aumentar a competitividade local
17. Institucionalizar as boas práticas da Lei
18. Capacitação da equipe técnica de compras
19. Criar Escritório de Licitações Local ou melhorar Sala do Empreendedor para encurtar relação com empresas locais
20. Programa de incentivo à participação das empresas locais/fortalecer programas locais para fornecer às prefeituras: cooperativas, pequenos segmentos específicos
21. Melhorar a comunicação/publicidade dos Editais para os potenciais fornecedores locais
22. Fortalecimento dos Comitês Gestores;
23. Capacitar os compradores e os fornecedores;
24. Elaborar uma cartilha didática para os fornecedores;
25. Criar ou adequar a legislação específica para viabilizar as compras locais;
26. Simplificação dos Editais de Licitação para permitir maior entendimento e participação dos potenciais fornecedores nos certames – economia

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

1. Criar um Escritório de Compras Públicas
2. Sensibilizar e convencer os empresários locais para participarem das licitações.
3. Convencer o gestor municipal dos benefícios do compras
4. Elaboração de edital claro e de simples entendimento para contratação de MPES
5. Treinamento e convencimento dos funcionários do setor de compras públicas;
6. Divulgação dos editais em variados meios de comunicação;
7. Consórcios Municipais – Criar consórcios municipais para as compras publicas

ABRANGÊNCIA ESTADUAL

1. Buscar posicionamento do TCE, para ter segurança jurídica, e os entes públicos priorizarem as MPE's em licitações;
2. Criar um prêmio estadual para os melhores resultados dos municípios em relação as compras públicas do município
3. Criar um repositório de boas práticas (site) de compras públicas
4. Contratação de empresas locais para fornecimentos de bens de uso de órgãos estaduais localizados no município
5. Maior empenho do TCE nas orientações de compras para agilizar os acórdãos sobre as práticas de compras públicas.
6. O estado se comprometer a aumentar sua participação no volume de compras das MPES
7. Definição conclusiva por parte do TCE da questão 'exclusividade'
8. Acabar com a carência na descrição dos itens a serem licitados. Padronização
9. Articular com Receita Federal para que haja certificação quanto a qualificação das MPES
10. Aprimoramento da legislação estadual
11. Uniformização dos entendimentos do TCE e Ministério Público com relação às compras locais para trazer segurança jurídica aos municípios e dar um norte para a atuação da administração pública nos processos licitatórios – celeridade e segurança jurídica

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1. Objetivo comum definido, planejamento e governança
2. Ensino, pesquisa e extensão. Respaldo da comunidade
3. Integração empresa + universidade
4. Implantação de uma lei territorial de inovação
5. Criação de uma rede territorial de pesquisa com ênfase nas vocações do território
6. Criação de um fundo regional de inovação com vistas a fomentar P&D local

7. Integração entre os atores municipais para criação de Habitats de Inovação e com isso criar lei municipal de inovação tecnológica e social.
8. Escala de demanda por porte do município;
9. Criar uma base educacional – ambiente propício;
10. Implementação de Ações Sistematizadas e abrangentes com foco em Educação Empreendedora e Associativismo
11. Implantação do Espaço de Inovação nas Salas do Empreendedor
12. Implantação e Regulamentação de Leis de Inovação Municipal
13. Instituir e implementar a lei de municipal de inovação
14. Promover o alinhamento entre as IES e as demandas da indústria e sociedade
15. Estabelecer um Conselho Municipal de Inovação
16. Implantar de programas de educação empreendedora e tecnológica nas escolas
17. Incentivar a cultura de inovação e mapear os ativos regionais
18. Apoiar os atores a monitorarem e desenvolverem a propriedade intelectual (produtos e serviços)
19. Leis municipais, lei de inovação, formação dos comitês
20. Educação empreendedora, com viés inovador
21. Acesso a tecnologia para as escolas municipais
22. Alinhamento das leis municipais com a legislação estadual e federal
23. Formação empreendedora e cultura da inovação como política pública municipal de educação
24. Integração das estratégias de inovação entre as cidades polo / região
25. Integração dos atores municipais e territoriais na formação de uma governança com representatividade para sugerir ações ao poder público.
26. Elaboração de uma minuta de Lei de Inovação Municipal que atenda as necessidades de fundos de inovação e parcerias entre entidades públicas e privadas.
27. Criação de um Plano de Governo municipal relacionado a Inovação que seja perene, transcenda as gestões.
28. Criar secretarias de Ciência e Tecnologia e Inovação em todos os municípios do Paraná
29. Desenvolver eventos de base tecnológica envolvendo toda a sociedade do município/território
30. Gerar a obrigatoriedade de desenvolvimento de projetos inovadores no ensino.

ABRANGÊNCIA ESTADUAL

1. Desmistificar a inovação
2. Política pública para inovação convergentes
3. Fundos para inovação
4. Estabelecer mecanismo de regionalização do fundo estadual de inovação
5. Criar incentivos fiscais à criação de um fundo privado de inovação

6. Capacitar pessoas para a gestão de projetos de inovação
7. Benchmarking com municípios que já conseguiram chegar à um nível de excelência em Inovação Tecnológica e Social.
8. Criar uma coordenação única estadual para que conheça todas as atividades-realidades de cada região.
9. Implantação do programa de Educação Empreendedora no Ensino Médio
10. Incentivo a Exportação de Serviços Tecnológicos com foco no Mercosul.
11. Reformulação e potencialização dos laboratórios de inclusão digital em ambientes públicos que estão em desuso, com foco em transformação em espaços Maker Space “Espaços para Educação de Robótica para Crianças e Adolescentes”
12. Implantar um Conselho / Governança / Estadual de Inovação
13. Integrar a iniciativa privada das políticas e iniciativas de inovação desenvolvidas pelas regionais de inovação
14. Aperfeiçoar o marco legal da lei de inovação para o estado
15. Articular a criação de fundos de investimentos estaduais em inovação para os municípios
16. Regionalização do desenvolvimento estadual
17. Continuidade do ensino empreendedor dando continuidade ao que os municípios estão realizando
18. Incentivo do ICMS para as empresas que investirem em pequenos municípios
19. Ampliação da Lei Zuchi para outras regiões do Estado do Pr
20. Formação empreendedora e cultura da inovação como política pública estadual de educação
21. Instituir o marco legal da Lei de Inovação do Estado do Pr
22. Atualização da Lei Estadual de Inovação quando sair a regulamentação da Lei Federal via decreto.
23. Criação de prêmios estadual de inovação para reconhecer as boas práticas municipais de inovação, com intuito de compartilhar experiências.
24. Provocar um posicionamento do Tribunal de Contas dos Estado em relação a Lei de Inovação por meio de ações educativas e orientativas que tornem mais flexível a sua aplicabilidade.
25. Regulamentar a Lei Estadual de Inovação
26. Criar comitês regionais para potencializar a participação de vários atores chaves que auxiliem na disseminação da ciência tecnologia e inovação
27. Desenvolver a inovação desde o ensino da rede estadual criando o ambiente empreendedor.

ASSOCIATIVISMO

ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1. Promover ações que seja de objetivo comum de uma comunidade para seu desenvolvimento
2. Procurar conhecer as demandas dos municípios vizinhos para trabalhar em grupo. Beneficiando uma região
3. Criação de comitê de desenvolvimento regional
4. Promover câmaras temáticas. Identificar potencialidades
5. Divulgar os potenciais de cada empresa focando os pontos que possam ser de valia para outras
6. Trabalhar em parceria com associação comercial e comitê gestor municipal
7. Na aprovação de crédito facilitar a apresentação de projetos que necessitem terceiros (ex: construções que exijam projetos detalhados)
8. Propor kits básicos nas trocas de diretorias das Associações Comerciais e talvez “prefeitos//vereadores”
9. Ter participantes do setor público no grupo de trabalho de associativismo
10. Promover a divulgação e a comunicação mútua das associações / empresários
11. Participação de pessoas das associações comerciais nos comitês gestores municipais
12. Convidar eventualmente associados para participar do comitê – contribuído com sua experiência
13. Trazer para o comitê associações – ex: Cresol
14. Aplicar um programa de criação de líderes locais
15. Promover fórum de debate – associativismo, representativo
16. Criar comitê de inclusão sócio produtiva
17. Capacitar as empresas para participar de compras públicas
18. Criar cooperativa agroindustrial
19. Ter uma legislação que possa gerar conjuntos, não gerando bi-tributação e burocracia
20. Sociedade civil trabalhar organizada e apartidária
21. Criar conselhos desenvolvimento que una todos as instituições da sociedade civil organizada
22. Criar redes de cooperação empresarial
23. Respeitar os direitos dos outros e atender os deveres que lhe são devidos
24. Governo municipal / estadual ter um programa, fomentando e estruturando os negócios nos sindicatos ou associações
25. Educação associativa
26. Reunir as artesãs (bordadeiras e brolheiras) para criar uma cooperativa para que os produtos sejam referência no Brasil

27. Reestruturação dos núcleos associativo
28. Criar um roteiro turístico regional
29. Facilitar acesso a serviços
30. Mudar a visão, tirar foco do seu município, trabalhar pelo território
31. Valorização das associações empresariais
32. Buscar talentos com interesse coletivo
33. Desenvolvimento dos territórios
34. Conscientização com reuniões, palestras das vantagens e obrigações de cada um
35. A exploração do associativismo local de forma a ter melhor expressão social, econômico, ambiental
36. O incentivo do associativismo local de forma a melhorar a compreensão social, econômico, político e ambiental
37. Campanhas de conscientização da importância do associativismo
38. Criar um associativismo com: seriedade, conhecimento, responsabilidade são ações primordiais para o sucesso e trazer os empresários para debaixo do guarda chuva
39. Um envolvimento maior do jovem e da mulher
40. Melhoria do capital social empresarial
41. O que representa a cara da cidade
42. Proporcionar que todos possam conhecer os produtos e ações de outros associados
43. Aduanas vocacionais na fronteira
44. Criação plano de desenvolvimento regional
45. Promover o acesso a crédito entre cooperativas
46. Fortalecimento dos núcleos setoriais (núcleo de confecção, núcleo das empresas de alimentação, etc)
47. Promover a troca de boas práticas entre associações comerciais
48. Força, união, luta, conhecimento
49. União para compra em conjunto criando grupos setoriais
50. Mostrando ações de resultados concretos que o trabalho em conjunto traz mais resultados do que o trabalho individual
51. Feiras para apresentar os produtos e serviços em comum
52. Projeto para a união das associações com os sindicatos
53. Melhorar funcionamento da máquina pública
54. Melhorar e apoiar as empresas
55. Mostrando através de resultados concretos que o trabalho em conjunto traz mais resultados do que o trabalho de forma individual
56. Implantação de núcleos setoriais
57. Transparência na gestão
58. Instituições associativas criarem ferramentas que facilitem o acesso dos MEIs a elas
59. Promover o desenvolvimento dos empresários locais, onde tem um núcleo multisetorial

60. Rever a constituição, formalização dos MEIs (orientações das salas / agências empreendedoras
61. Promover o contato dos empresários com local onde já acontecer o associativismo mostrando os benefícios e sucesso
62. Estimular novos negócios
63. Fomentar as ações de empreendedores
64. Turismo integrado na fronteira
65. Mostrar para empresas concorrentes que elas podem trabalhar juntas através do associativismo
66. Núcleos setoriais nas ACES para aproximar as empresas
67. Desenvolver seminários sobre o papel e benefícios do associativismo
68. Associar para transmitir conhecimento
69. Promover uma maior divulgação a respeito do associativismo
70. Praticar compras e importações em conjunto (se for o caso)
71. Oferecer produtos / serviços que atendam a necessidade do sócio
72. Promover ações de “Educação Associativista” em todos os níveis
73. Criar e/ou fomentar “Programa de Coletividade”. Ex: Empreender
74. Promover plano de desenvolvimento regional. Ex. PDRI - sudoeste
75. Implementar nas escolas a cultura de associativismo
76. Capacitar lideranças municipais sobre associativismo local e regional
77. Estimular os mais diversos segmentos de prestação de serviços (MEIs) para organizarem-se em grupos produtivos
78. Buscar a vocação e identidade dos municípios
79. Incentivo aos APLs – Arranjo Produtivo Local e o Associativismo
80. Valorização dos comitês territoriais
81. Atender necessidades com ações concretas. Agrupar, reunir por setores específicos para ações específicas (necessidades comuns)
82. Parceria entre entidades para realizar eventos que fomentem a troca de experiência e ideias. Ex: associação comercial, secretarias e sindicatos
83. Estimular a participação das entidades nos comitês territoriais por meio da ampliação e divulgação
84. Fomentar negócios setoriais que possam gerar resultados para as empresas
85. Fomentar a participação nos comitês gestores
86. Sensibilizar as empresas sobre os ganhos trabalhando de forma associativa
87. Criar grupos setoriais para compra coletiva
88. Promover palestras com o tema associativismo
89. Estreitar relações entre iniciativa privada e pública dos municípios, afim de facilitar processos (fóruns, reuniões)
90. Criar – associar, para um objetivo que gere renda. Ex: central de compras
91. Fomentar ações para a formação de novas lideranças. Criar cultura associativa
92. Promover, associar e desenvolver uma maior divulgação do associativismo e seus benefícios

93. Fomentar a participação de representantes de entidades associativas nas câmaras técnicas dos comitês territoriais
94. Criação de núcleos multisetoriais nos municípios em que não houver viabilidade de manter entidade local
95. Identificar, mobilizar a participação das entidades representativas empresariais junto aos comitês locais
96. Promover a criação de núcleos setoriais
97. Incentivar o benchmark entre as associações
98. Fomentar o jovem empreendedor em eventos e nas associações

ABRANGÊNCIA ESTADUAL

1. Adequação de leis par o desenvolvimento do projeto
2. Políticas condizente para cada região de um projeto bem elaborado
3. Mapear cases de sucesso e apresentar em vídeo / cartilhas
4. Fomentar o turismo regional integrado
5. Criar agenda de eventos regionais
6. Fortalecimento dos núcleos setoriais locais com capacitações e direcionamento
7. Programa de capacitação associativista
8. Criar incentivo para a geração de energias renováveis / alternativas
9. Fomentar a criação e legislação que possa gerar negócios conjuntos
10. União e representatividade empresarial na política
11. Atuação de entidades MÃES com maior efetividade ex: FACIAP, CACB
12. Criar um plano de desenvolvimento territorial integrado
13. Fortalecer e unir os comitês territoriais
14. Criar premiação de destaque associativista para fomentar mais case de sucesso
15. Criação de incentivos para o desenvolvimento de cada território regional
16. Destinar um percentual do orçamento estadual para incentivo à Lei Geral das MPES
17. Criar políticas de incentivo ao associativismo
18. Capacitações para orientar a própria população a se organizar
19. Providenciar instalação apropriada para a realização dessas capacitações
20. Elaboração de materiais de divulgação
21. Criar mecanismos que gerem mais negócios para as associações empresariais
22. Fomentar um encontro para a troca de voas práticas de associativismo
23. Promover eventos empresariais para trocas de experiências fortalecendo o associativismo
24. Buscar benefícios e junto ao governo do estado para fomentar as associações (isenção / redução da carga tributária)
25. Aumentar a representatividade das associações comerciais dentro da FACIAP
26. Fomentar e promover a capacitação na ACES. Sucessão FACIAP
27. Participação de mulheres e jovens nos CGM
28. Criar o associativismo juvenil por meio do jovem empreendedor
29. Associações afins se integrem de forma estadual
30. União das federações estaduais para trabalhar em prol de uma política de incentivo das empresas do Paraná

31. Promover incentivo fiscal para empresas estabelecer-se em municípios de baixo IDH e municípios de fronteira
32. Criar plano de integração das entidades federativas às suas filiadas para a permanência de sua participação nos CTPNs e comitês locais
33. Rever redistribuição dos limites ação / competência das entidades e órgãos públicos estaduais
34. Reconhecer e apoiar os comitês locais e territoriais valorizando a vocação dessas regiões "Governo do Estado"
35. Veiculação dos benefícios do associativismo por meio das federações
36. Incentivos fiscais para empresas pertencentes a associações

SIMPLIFICAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1. Conscientização dos Gestores Municipais da importância e os benefícios da simplificação dos processos
2. Capacitação descentralizada dos funcionários públicos
3. Integrar Secretarias das Prefeituras, através de um sistema único
4. Fortalecimento Comitê Gestor
5. Municipalização Legislação da Vigilância Sanitária
6. Fazer da Sala do Empreendedor a entrada única de dados empresariais do município
7. Integração dos Municípios que desburocratizam
8. Centro Empresarial
9. Renovação de Licença Empresa Fácil
10. Capacitação de todos os envolvidos na Redesim
11. Fiscalização orientadora setor de tributos de forma efetiva
12. Fazer na Sala do Empreendedor a entrada única de dados empresariais do Município
13. Orientar para abertura de empresas na Sala do Empreendedor, passo a passo de onde e como registrar empresas
14. Fazer na Sala do Empreendedor os serviços de orientação ao crédito e compras
15. Integrar Secretarias das Prefeituras, através de um sistema único
16. Revisão tabela de graus de risco
17. Capacitação descentralizada dos funcionários públicos
18. Orientar que todas as Salas do Empreendedor façam consulta prévia pelo Sistema da Redesim
19. Ter os sistemas de gestão das prefeituras preparadas para integração total com Rede Simples (Licitação)
20. Mudança cultural dos Órgãos licenciadores / fiscalização
21. Rotatividade / Perfil / Capacitação
22. Incentivar a preparação de servidores municipais na Redesimples

ABRANGÊNCIA TERRITORIAL

1. Todos municípios fazerem integração total ao Redesimples.
2. Sensibilizar os gestores públicos a criação de Salas do Empreendedor e indicação de Agentes de Desenvolvimento – todos municípios do território.
3. Orientar a regulamentação do grau de risco para todos os municípios do território.
4. Sugerir alteração do parágrafo 3º do artigo 6º da LC 123/06 – mais favorável as micro e pequenas empresas.
5. Sensibilizar os municípios para aderirem coletivamente à sistemas regionais de compras públicas.
6. Orientar para que todas as Salas do Empreendedor façam consulta prévia pelo sistema da Redesimples.
7. Incentivar os municípios para implementação de políticas públicas de inovação nos pequenos negócios.

ABRANGÊNCIA ESTADUAL

1. Apressar a aprovação da definição do conceito de alto/baixo risco (RDC).
2. Integração VISA/Meio Ambiente no sistema Empresafácil.
3. Sanções para o ente que não cumpre a simplificação.
4. Capacitação entre a sala do empreendedor e os contadores para a Redesimples.
5. A Jucepar precisa agilizar a integração dos municípios interessados na Redesimples.
6. DANFE gratuita para o simples*.
7. Portal do Empreendedor + Redesimples INTEGRADOS.
8. Criar um mapa de acesso online com as restrições e grau de risco para implementação (evitar números de consultas).
9. Integração de grupos de trabalho territoriais.
10. Uniformização das legislações que envolvem vistorias (Visa/Bombeiros).
11. Disseminar as boas práticas existentes de Simplificação de acesso à crédito através da SGC.
12. Padronização de processos para a Redesimples
13. Capacitação para os envolvidos da Redesimples.
14. Integração total do MEI dentro do Empresa Fácil
15. Integrar os sistemas Gestão da Sala do Empreendedor, Portal do Empreendedor e Redesim
16. Não abrir novo MEI para pessoa física com pendências do MEI anterior
17. Unificação das certidões negativas Estadual, Federal e Municipal
18. Reavaliação da faixa de enquadramento do MEI com criação de incentivo para seu enquadramento como ME
19. Jucepar – verificar entendimento dos relatores na análise textual dos contratos sociais

20. Orientar que todas as Salas do Empreendedor façam consulta prévia pelo sistema da Redesim
21. Ter os sistemas de gestão das prefeituras preparadas para integração total com Redesim, inclusive exigir isso na renovação dos novos contratos
22. Facilitar a baixa de empresas inativas diretamente na Junta Comercial
23. Diminuir o tempo de inadimplência para baixa do MEI
24. Diminuir prazos de 30 dias para 3 ou 5 dias a integração / comunicação entre Órgãos
25. Unificação de Certidões negativas Federal, Estadual e Municipal
26. Sugerir integração entre Receita Federal, Receita Estadual e INSS (inclusão, exclusão de valores de atividades, alterando INSS, ICMS e ISS
27. Criar uma faixa de valor de transição no faturamento e tributação entre MEI e ME
28. Promover capacitações para os servidores conhecerem todas as funcionalidades do sistema e os processos de todos os Órgãos integrados ao Redesim de forma prática
29. Inserir o Link do sistema Empresa Fácil no Portal do Município.

EDUCAÇÃO EMPREENDEDORA

ABRANGÊNCIA MUNICIPAL

1. Implementação do empreendedorismo como componente curricular em todas as esferas: Base Nacional Curricular Comum , estadual , Municipal e nas escolas
2. Discussão da inclusão do tema educação empreendedora como currículo na educação.
3. Educação empreendedora- professores educação básica- curso da formação de docentes.
4. Implantar disciplina de educação empreendedora através do projeto de lei federal(ensino fundamental médio superior).
5. Inserir a educação empreendedora na base curricular.
6. Ter a participação de membros das secretarias município e núcleos regionais de educação nos comitês gestores municipais.
7. Inserção do tema empreendimento na formação do docente.
8. Criação de uma disciplina educação empreendedora.
9. Empreendedorismo como componente curricular
10. Garantir a continuidade da educação empreendedora através de leis que garantem a educação empreendedora
11. Fortalecer a formação dos professores no tema empreendedorismo, tanto a se, quanto de forma continuada.
12. Reduzir a burocracia na implantação de programas de EE nas escolas estaduais.

13. PPC - contemple a EE – todas as disciplinas.
14. Capacitação, motivação e incentivo ao educador na EE.
15. Criar comitê permanente de debate e gerenciamento da EE
16. Implantar projetos de lei para incluir a disciplina de empreendedorismo na grade curricular das escolas.
17. Identificação e capacitação do professor com perfil para exercer a atividade de EE
18. Desenvolvimento de projetos realizados por alunos envolvendo o EE
19. Formação continuada de docentes empreendedores
20. Garantia da continuidade da formação para os professores
21. Criação de núcleos de desenvolvimento e empreendedorismo
22. Programas que estimulem a aproximação entre empresários e estudantes nas escolas para estimular o empreendedorismo.
23. Criação de núcleos de empreendedorismo nos municípios para popularização do tema
24. Implementação de uma disciplina de EE em todos os cursos das IES
25. Obrigatoriedade de implantar a EE municípios que participam no programa de cidade empreendedora
26. Formação continuada dos profissionais da educação e movidos com empreendedorismo
27. Ter acadêmicos atuando como monitores acompanhando o professor em sala de aula
28. Assegurar a aplicação do EE na legislação a nível municipal e estadual
29. Influência direta na política na educação
30. Programa de interação entre docentes e empreendedores
31. Busca de parcerias Sebrae, Senac, universidades e órgãos públicos.
32. Capacitação de todos os profissionais envolvidos